



Sociologia: Revista da Faculdade de
Letras da Universidade do Porto

ISSN: 0872-3419

revistasociologia@letras.up.pt

Universidade do Porto

Portugal

Wacquant, Loïc

A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 16, 2006, pp.
27-39

Universidade do Porto
Porto, Portugal

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=426539975003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

re^oalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada

Loïc Wacquant*

Resumo

A sociologia comparada da estrutura, dinâmica e experiência da relegação urbana nos Estados Unidos e nos principais países da União europeia, ao longo das últimas três décadas, revela a emergência de um novo regime de marginalidade. Esse regime engendra formas de pobreza que não são nem residuais, nem cíclicas, nem transitórias, mas antes inscritas no devir das sociedades contemporâneas, sendo que se alimentam da desintegração da condição dos assalariados, da desconexão funcional dos bairros deserdados, das tendências macroeconómicas, e da reconfiguração do Estado Providência num modelo polarizado de cidade. Apoiado numa comparação metódica da evolução do gueto negro americano e do subúrbio operário francês no virar do século, este artigo evidencia três tipos de propriedades espaciais distintas da «marginalidade avançada» e as suas implicações quanto à formação do «precariado» nas sociedades pós-industriais.¹

Fixação e estigmatização territoriais

Em vez de se encontrar disseminada pelo conjunto de zonas de habitação operária, a marginalidade avançada tende a concentrar-se em territórios isolados e claramente circunscritos, cada vez mais percepcionados, tanto por fora como por dentro, como lugares de perdição – que assumem a aparência de baldios urbanos ou de «pátios dos milagres» da cidade pós-industrial que só os desviantes ou os resíduos da sociedade frequentam porventura.

* Professor da *University of California, Berkeley* e Investigador do Centre de sociologie européenne, Paris.

¹ Este artigo é adaptado do capítulo 8 de Loïc Wacquant, *Parias urbains. Ghetto, banlieues, État* (Paris: La Découverte, 2006), para o qual remeto com vista a uma análise comparada e detalhada da estrutura e da transformação dos bairros de relegação na América e em França, nos finais do século XX.

Quando esses «espaços penalizados» (Pétonnet 1982) são, ou ameaçam tornar-se, componentes permanentes da paisagem urbana, os discursos de descrédito amplificam-se e aglomeram-se à sua volta, tanto «vindos de baixo», nas interações banais da vida quotidiana, como «vindos de cima», nos domínios jornalístico, político e burocrático (ou até, científico)². Uma *mácula localizada* sobrepõe-se então aos estigmas já operantes, tradicionalmente ligados à pobreza e à pertença étnica ou ao estatuto de imigrante pós-colonial, aos quais ela não se reduz embora lhes estejam estreitamente ligados. É significativo que Erving Goffman (1963) não mencione o local de residência como um dos «handicaps» que podem «desqualificar um indivíduo» e privá-lo da «total aceitação pelos outros». E contudo a infâmia territorial apresenta propriedades parentes das que advêm dos estigmas corporais, morais e tribais, e coloca dilemas de gestão da informação, da identidade e das relações sociais totalmente similares, apesar de ostentar também propriedades distintivas. Dos três grandes tipos de estigmas catalogados por Goffman (1963: 4-5), as «disformidades do corpo», os «defeitos de carácter» e as marcas de «raça, nação e religião», é com o terceiro que o estigma territorial se aparenta, visto que «pode ser transmitido por via da linhagem e [que ele] contamina de igual modo todos os membros da família». Mas, contrariamente a estas últimas, pode ser facilmente dissimulado e atenuado (ou até, anulado) pela mobilidade geográfica.

Em cada metrópole do Primeiro mundo, uma ou mais aglomerações, sectores ou concentrações residenciais de habitação social são publicamente conhecidos e reconhecidos como os tais infernos urbanos onde o perigo, o vício e o abandono fazem parte da ordem das coisas. Alguns até adquirem o estatuto de sinónimo nacional de todos os males e perigos que doravante afligem a cidade dualizada³: são exemplos desse estatuto *Les Minguettes* e *La Courneuve* ou a *cité du Mirail* no caso da França; *South Central Los Angeles*, o *Bronx* e o grande conjunto de *Cabrini Green* em Chicago no caso dos Estados Unidos; *Duisburg-Marxloh* e *Berlin-Neukölln* no caso da Alemanha; os bairros de *Bijlmer* e *Westelijke Tuinsteden*, em Amesterdão, no caso dos Países Baixos. Mesmo as sociedades que melhor resistiram à ascensão da marginalidade avançada, como os países escandinavos, são atingidas por esse fenómeno de estigmatização territorial ligada à emergência de zonas reservadas aos párias urbanos:

² Os investigadores das ciências sociais contribuíram e muito para tornar mais pesado o fardo da infâmia urbana, conectando noções pseudo-científicas que camuflam preconceitos vulgarizados de classe e de raça, numa linguagem de tonalidade analítica. Pensemos, por exemplo, na categorização otária de «*underclass area*» proposta nos Estados Unidos por Erroll Ricketts e Isabel Sawhill (1988) para caracterizar (de forma perfeitamente circular) os bairros onde mora a *underclass*, definida por um batalhão de «patologias sociais».

³ Certos «altos lugares» de perdição urbana, como o Bronx, atingem um estatuto similar a nível internacional – como indica Auyero (1999) na sua investigação sobre um dos bairros de lata da Grande Buenos Aires.

Por onde quer que viaje [através das províncias da Suécia], em toda a parte me perguntam sempre a mesma coisa; as pessoas que vou conhecendo perguntam-me de onde venho: «Você vive em Tensta? Mas como é que pode viver lá? Consegue viver num gueto?» (Pred 2000: 123)⁴

Que esses lugares estejam ou não deteriorados, sejam ou não perigosos e a sua população seja ou não essencialmente composta de pobres, minorias e estrangeiros, tem pouca importância, no fim de contas: a crença preconceituosa de que assim são basta para engendrar consequências socialmente nocivas.

É verdade ao nível da estrutura e da textura das relações sociais no quotidiano. Tivemos ocasião de sublinhar (cf. Wacquant, 2006: capítulo 6) o quanto viver num grande conjunto habitacional (sub)-proletário da periferia de Paris engendra um «surdo sentimento de culpabilidade e vergonha, cujo peso subjacente falseia o contacto» (Pétonnet 1982: 148). É vulgar as pessoas dissimularem a sua morada, evitarem ao máximo que tanto a família como os amigos as visitem, e sentirem-se obrigadas a desculpar-se por morarem num sítio difamado que macula a imagem que têm de si próprias. «Não sou da *cité*, eu», insiste uma jovem mulher de Vitry-sur-Seine, «moro aqui porque estou com dificuldades neste momento, mas não sou daqui, não tenho nada a ver com todos os daqui». Uma outra convida o etnólogo a não confundir a *cité* com um bairro «porque num bairro há todo tipo de gente (...) enquanto que aqui só há merda» (Pétonnet 1982: 149). De igual modo, vimos que os habitantes do gueto de Chicago negam pertencer à micro-sociedade do bairro e que se esforçam por se demarcar e ganhar distância na sua relação para com um lugar e uma população que sabem universalmente desonrada, e da qual os média, o discurso político e uma certa produção científica dão constantemente uma imagem humilhante.

O sentido agudo da indignidade social que envolve os bairros de relegação só pode ser atenuada pela transferência do estigma para outra entidade, diabolizada e sem rosto – os vizinhos de baixo, a família imigrada que mora num prédio paredes meias, os jovens do outro lado da rua dos quais se diz que «se drogam» ou que fazem «negócio», ou ainda os moradores da floresta de prédios em frente, acerca dos quais se suspeita que recebam subsídio de desemprego ou qualquer outra ajuda social ilegalmente. Esta lógica da *difamação lateral* e da *distanciação mútua*, que tende a aniquilar um pouco mais os colectivos já enfraquecidos das zonas urbanas deserdadas, é difícil de conter, na medida em que

o bairro estigmatizado degrada simbolicamente os que o habitam e que, por sua vez, o degradam simbolicamente, sendo que, privados dos trunfos

⁴ Tensta é um bairro da periferia norte de Estocolmo com forte concentração de imigrantes e desempregados. Na Suécia do virar do século, os «bairros problemáticos» (*problemområde*), como Rinkeby em Estocolmo e Rosengård em Malmö, são comum e abertamente designados pelo quase sinónimo de «bairro com forte densidade de imigrantes» (*invandrartät område*). Uma palavra de raiz similar é empregada para designar zonas de relegação urbana na Holanda: «*achterstandswijken*» e «*concentratiebuurten*» (Uitermark 2003).

necessários para participar nos vários jogos sociais, apenas partilham a sua comum excomunhão. A reunião num só local de uma população, homogénea na privação, tem também como efeito redobrar a privação (Bourdieu 1993: 261).

Os efeitos da estigmatização territorial também se fazem sentir ao nível das políticas públicas. A partir do momento em que um lugar é publicamente etiquetado como uma zona de «não-direito» ou uma «*cité fora da lei*» e fora da norma⁵, é fácil para as autoridades justificar medidas especiais, derogatórias face ao direito e aos costumes, que podem ter como efeito – quando não por objectivo – desestabilizar e marginalizar mais ainda os seus habitantes, submetê-los aos ditames do mercado de trabalho desregulado, torná-los invisíveis ou escorraçá-los de um espaço cobiçado⁶. Assim, na sequência de uma série de reportagens sensacionalistas na televisão, o bairro de São João de Deus, um sector «abarracado» do norte do Porto com forte presença de ciganos e de originários de Cabo Verde, é hoje conhecido, por Portugal inteiro, como a incarnação infernal do «*bairro social degradado*». A câmara municipal do Porto serviu-se da ignóbil reputação do bairro de «*hipermercado de drogas*» para lançar uma operação de «renovação urbana» que, graças à multiplicação de violentas rusgas policiais, visa essencialmente a expulsão e dispersão dos drogados, ocupas, desempregados e outros destroços locais, a fim de reinserir o dito cujo bairro no mercado imobiliário da cidade – sem a menor preocupação quanto ao destino dos milhares de habitantes assim deslocados⁷.

A alienação espacial e a dissolução do «lugar»

A outra face deste processo de estigmatização territorial é a dissolução do «sítio» (no sentido de *lugar*), ou seja, a perda de um quadro humanizado, culturalmente familiar e socialmente peneirado, com qual as populações urbanas marginalizadas

⁵ Poderíamos citar aqui inúmeras obras sobre os subúrbios que inundaram as livrarias de França nestes últimos anos, onde o racismo de classe rivaliza com o fantasma do perigo estrangeiro. Apenas citaremos um, cujo título resume o ponto de vista adoptado: *Cités hors-la-loi. Un autre monde, une jeunesse qui impose ses lois* (Henni et Mariné 2002; Mariné é um dos jornalistas da France 2 na origem do mito mediático da explosão dos crimes de violação colectiva nos subúrbios). Sob uma capa de análise e alerta cívico, estes livros participam do discurso de aviltamento dos bairros de exílio e contribuem para a deportação cívica dos seus habitantes.

⁶ Nesta perspectiva, seria necessário estudar de que maneira a demoníaca legenda de «*under-class*» (paradoxalmente promovida também por estudiosos progressistas) contribuiu para legitimar, por um lado, a «reforma» da ajuda social que instaurou o *workfare* nos Estados Unidos em 1996, e por outro, a política de destruição massiva dos grandes conjuntos dos guetos, a pretexto dos supostos benefícios da dispersão espacial para os pobres, oficializada pelo Quality Housing and Work Responsibility Act de 1998 (Crump 2003).

⁷ Agradeço a Luís Fernandes (da Universidade do Porto) por estas informações e remeto para a sua análise da estigmatização espacial associada aos «territórios psicotrópicos» da cidade portuguesa (Fernandes 1998: 68-69, 151-154 e 169-174).

se identifiquem e no seio do qual se sintam «entre si» e em relativa segurança. As teorias do pós-fordismo sugerem que a reconfiguração em curso do capitalismo implica não só uma vasta reorganização das empresas e dos fluxos económicos, dos empregos e das pessoas *dentro do espaço* mas também uma radical transformação da organização e da experiência *do espaço* em si (ver nomeadamente Harvey 1989, Soja 1989 e Shields 1991). Essas teorias são coerentes com as transformações radicais do gueto negro americano e do subúrbio francês, após a década de 1970, já que, de «*sítios*» (*lugares*) comunitários banhados em emoções partilhadas e em significados comuns, suportes de práticas e de instituições de reciprocidade, se viram relegados para o estatuto de simples «*espaços*» (*spaces*) indiferentes, de competição e luta pela vida.

É possível formular a distinção entre essas duas concepções ou dois modos de apropriação do ambiente da seguinte maneira: «Os ‘lugares’ são arenas estáveis, ‘plenas’ e ‘fixas’» enquanto que os «‘espaços’ são’ ‘potenciais vazios’, ‘possíveis ameaças’, zonas que devemos temer, tornar seguras ou das quais devemos fugir» (Smith 1987: 297). A passagem de uma política do lugar para uma política do espaço, acrescenta Dennis Smith, é encorajada pelo enfraquecimento das ligações alicerçadas numa comunidade territorial no seio da cidade. Alimenta-se igualmente da tendência dos indivíduos a retirarem-se para a esfera privada da família e do reforço do sentimento de vulnerabilidade que acompanha a busca da realização pessoal ou da segurança e do enfraquecimento generalizado dos colectivos⁸. Convém aqui evitar a tentação de «romantizar» a situação dos bairros operários e dos enclaves segregados de outrora: nunca houve nenhuma «idade de ouro» em que a vida no gueto estadunidense e na periferia popular francesa tenha sido doce e as relações sociais harmoniosas e desafogadas. A experiência da rejeição urbana não deixa porém de ter mudado, a esse nível, de uma maneira que a torna nitidamente mais rugosa e alienante hoje em dia.

Uma breve ilustração: até aos anos 1960, o gueto negro americano era ainda um «sítio» no sentido de *lugar*, um local colectivamente habitável, uma paisagem urbana humanizada – apesar de ser produto duma opressão brutal e inflexível – para com o qual os Negros sentiam um forte sentimento de identificação – expresso pelo idioma da «*soul*» – e sobre o qual desejavam estabelecer um controlo colectivo – era esse o objectivo primeiro do movimento do Black Power (Van DeBurg 1992). Hoje, o hiper gueto é um «espaço» (no sentido de *space*), e esse espaço desnudado deixou de ser um recurso comum que os Afro-Americanos poderiam mobilizar e empregar para se protegerem da dominação branca. Pelo

⁸ Para uma análise minuciosa do «privatismo defensivo e retractado» tradicional da classe operária e a sua acentuação sob o efeito da decomposição do grupo dentro de uma cidade do Norte da França, ler Schwartz (1985). Para uma descrição da desestruturação das formas de sociabilidade e de solidariedade entre vizinhança no seio dos guetos do West Side e do South Side de Chicago sob a pressão da miséria e da violência, ver Kotlowitz (1987) e Jones e Newman (1997).

contrário: o gueto transformou-se num vector de divisão intracomunitária e num instrumento de encarceramento do sub-proletariado negro, num território temido e odiado do qual, como explicita um informador do South Side de Chicago, «toda a gente tenta fugir»⁹.

Longe de fornecer um escudo de protecção contra a insegurança e as pressões do mundo exterior, o espaço do hiper gueto é semelhante a um campo de batalha entrópico e perigoso, no seio do qual reina a competição entre quatro protagonistas – o confronto entre (I) os predadores de rua, independentes ou organizados (*hustlers* e gangs), que procuram pilhar a escassa riqueza que ainda circula, (II) os habitantes e as suas organizações de base (como a MAD, «Mothers Against Drugs», no West Side de Chicago, ou as associações de inquilinos, de proprietários de imóveis e de comerciantes onde porventura tenham conseguido sobreviver) que se esforçam por preservar os valores de uso e de troca do seu bairro, (III) as agências de controlo e vigilância do Estado encarregues de conter a violência e a desordem dentro do perímetro do coração de metrópole racializado, trabalhadores sociais, polícia, tribunais, agentes de observação dos cidadãos em liberdade condicional, etc. e (IV) os predadores institucionais do exterior (em especial os promotores imobiliários) para os quais a conversão das franjas da Cintura Negra em proveito das classes média e alta, que reinvestem a cidade, pode engendrar lucros escandalosos¹⁰.

A perda do «pano de fundo»

À erosão do lugar acrescenta-se o desaparecimento do sustentáculo do «pano de fundo» (*hinterland*) ou de um país profundo viável. Nas fases anteriores de crise e reestruturação do capitalismo moderno, os trabalhadores temporariamente rejeitados pelo mercado de trabalho podiam refugiar-se na economia social da sua colectividade de origem, quer se tratasse de uma região operária funcional, do gueto comunitário ou de uma aldeia do interior da sua terra de origem ou no país de emigração (Young and Wilmott 1957, Kornblum 1974, Piore 1979, Sayad 1991)¹¹.

⁹ Os esforços (parcialmente infrutíferos) da classe média negra do South Side de Chicago no sentido de se distanciar, espacial e socialmente, do coração desmoronado do gueto e das ameaças que ele encobre são estudados com subtilidade por Pattillo-McCoy (1999).

¹⁰ Ver Venkatesh (2000) para uma narração contextualizada das lutas dos anos 1990 entre inquilinos do Robert Taylor Homes, a administração das Habitações Sociais de Chicago, os gangs, e diversas autoridades administrativas da cidade; e Abu-Lughod e al. (1994) e Mele (1999) sobre as batalhas em torno da 'gentrification' dos bairros populares reinvestidos pelas classes média e alta em Nova York. Ver ainda Wacquant (2006: capítulos 2 e 4).

¹¹ Sobre este assunto, será útil reler a análise clássica de Larissa Lomnitz (1990) sobre «o sistema de segurança social de substituição» composto por amigos e vizinhos dos habitantes dos bairros de lata da cidade do México e a monografia de Carol Stack (1974) sobre as redes femininas de entajuda no gueto negro do Midwest.

Quando eram despedidos das fábricas e fundições ou das garagens de Chicago onde trabalhavam, na sequência das viragens cíclicas da economia industrial, os residentes da Bronzeville, dos meados do século vinte, podiam contar com o apoio dos parentes, dos seus associados ou da igreja a que pertenciam. Além do mais, as «empresas ilegais» («*shady business*») da economia da rua, cujas ramificações atravessavam toda a estrutura das classes negras, forneciam-lhes preciosos biscates (Drake e Clayton [1945] 1993: 524-525). Por contraste, a maioria dos habitantes de South Side dos anos 1990 está privada de emprego, o coração da Cintura Negra esvaziou-se dos seus meios de sustentação colectiva; e as pontes para o emprego assalariado no exterior foram cortadas pela desproletarização de grandes fatias da população local: os irmãos e irmãs, os tios e os (as) amigos (as) não conseguem ajudar a encontrar trabalho, posto que eles próprios estão, há muito, no desemprego (Sullivan 1989, Wilson 1996).

Hoje em dia, os indivíduos duradouramente excluídos de um emprego remunerado nos bairros de relegação deixaram de gozar de um apoio colectivo informal enquanto esperam por um novo trabalho que, para mais, poderá nunca vir a chegar. Para sobreviver, são obrigados recorrer a estratégias individuais de «auto-provisionamento», de trabalho clandestino, de comércio subterrâneo, de actividades criminosas e de «desenrascanço» quase institucionalizado (Gershuny 1983, Pahl 1987, Wacquant 1992, Engbersen 1996) que não contribuem propriamente a aliviá-los da precariedade, já que «as consequências distributivas do esquema de trabalho informal nas sociedades industriais tendem a reforçar e não a reduzir as estruturas contemporâneas de desigualdade» (Pahl 1989: 249). Em inúmeras cidades, as características da economia informal também mudaram. Esta última revela-se cada vez mais autonomizada e desligada do sector oficial do emprego assalariado, quando não se encontra dominada pelas actividades criminosas (Barthélemy 1990, Leonard 1998). Daí advém que os seus circuitos paralelos oferecem cada vez menos pontos de entrada no mundo do trabalho «declarado», pelo que os jovens que ingressam na economia subterrânea têm muitas probabilidades de permanecer duradouramente marginalizados (Bourgeois 1995). Se os bairros pobres dos princípios da era fordista se configuravam como «casebres de esperança», os seus descendentes da idade do capitalismo desregrado aparentam-se mais com os «bairros de lata do desespero» da periferia urbana latino-americana – retomando a expressão de Susan Eckstein (1990).

Fragmentação social e desmembramento simbólico, ou a génese inacabada do «precariado»

Enfim, a marginalidade avançada difere das anteriores formas de pobreza urbana pelo facto de a estigmatização territorial que a atinge se desenvolver num contexto de decomposição de classe (Azémar 1992, Dudley 1994) mais do que de consolidação de classe, sob a pressão de uma dupla tendência para a precarização

e para a desproletarização mais do que para unificação e para a homogeneização proletária nas regiões inferiores do espaço social e urbano (Kronauer e al. 1993, Wilson 1996). Aqueles que são submetidos ao seu tropismo e apanhados nos seus redemoinhos ficam, por conseguinte, desconectados dos instrumentos tradicionais de mobilização e representação dos grupos constituídos e, correlativamente, desprovidos de uma *linguagem*, de um repertório de imagens e de sinais partilhados, através do qual poderiam porventura conceber um destino colectivo e imaginar futuros alternativos (Stedman Jones 1983).

Os operários de fábrica envelhecidos e os empregados de escritório no sopé da escala, «operarizados» ou tornados obsoletos pela inovação tecnológica e pela redistribuição das actividades produtivas; os trabalhadores precários e temporários dos serviços; os aprendizes, estagiários e titulares de um contrato a termo fixo; os desempregados e desempregadas em fim de fruição de direitos e candidatos a subsídios sociais mínimos; as pessoas que recebem apoios de longa duração por parte das instâncias de assistência social e os sem-abrigo crónicos; os mendigos, os delinquentes e pequenos «trafulhas» que vivem da economia improvisada e de rapina da rua; os resíduos humanos evacuados pelos serviços sociais e médicos e os clientes regulares do sistema de justiça penal; a juventude desencantada das fracções em declínio da classe operária autóctone que enfrenta a concorrência inesperada dos filhos das comunidades etnicamente estigmatizadas e dos novos fluxos de imigração nos mercados dos empregos e dos diplomas escolares: como forjar o sentimento de uma condição partilhada e fixar objectivos de acção comuns quando a urgência económica e a necessidade social se declinam segundo configurações fenomenalmente tão díspares? Como unificar categorias que, embora partilhem, momentânea ou duradoiramente, posições próximas dentro da estrutura de espaço social e urbano em corte síncrono, dentro dele seguem trajectórias, ou se revelam portadoras de disposições e orientações para o futuro, divergentes? E como, para além dessas solidariedades advindas de uma situação comum, estabelecer elos tangíveis e eficientes com a gama de assalariados desqualificados e desestabilizados pela des-socialização do trabalho, a todos os níveis da estrutura sócio-profissional (Perrin 2004)?

A própria proliferação das etiquetas supostas designar as populações dispersas e díspares, cativas das tenazes da marginalização social e espacial – «novos pobres», «zonards», «excluídos» «*underclass*», «jovens dos subúrbios», e a trindade dos «sem» (sem trabalho, sem tecto, sem papéis») – traduz bem o estado de *desregulamento simbólico* no qual se encontram as franjas e as fissuras da estrutura social e urbana. A ausência de um idioma comum em torno do qual e pelo qual poderiam unificar-se acentua a fragmentação objectiva dos cidadãos pobres de hoje. O instrumento de organização tradicional consagrado expressão e reivindicação do proletariado urbano – a saber: os sindicatos de trabalhadores manuais – tem-se revelado singularmente inapto a tratar de problemas que surjam fora da esfera

convencional do assalariado regulamentado, e as suas táticas defensivas muitas vezes só agravam os dilemas que eles enfrentam e as cesuras múltiplas que os separam dos novos (sub)-proletários da margem¹². As organizações emergentes de desvalidos de toda a índole, tais como os sindicatos de desempregados, os grupos de apoio aos sem abrigo e sem papéis, e as associações que lutam nas múltiplas frentes da «exclusão» e nos vários locais onde apareceram, são demasiado frágeis e precisam ainda de conquistar um reconhecimento oficial na cena política para poderem aspirar a exercer mais que uma pressão pontual e intermitente (Siméant 1998, Demazière e Pignoni 1999). Quanto aos partidos de esquerda, aos quais tradicionalmente cabe a tarefa de representar as categorias desprovidas de capital económico e cultural na cena política, estão demasiado ocupados e preocupados com as suas divergências internas e fechados nas lógicas de aparelho e nas golpadas mediáticas – quando não estão francamente reorientados para as classes instruídas como o Partido Socialista em França – para compreenderem a natureza e a amplitude das preocupações e necessidades dos bairros de relegação, por um lado, e para conceberem e implementarem as políticas públicas necessárias para travar a espiral da marginalização avançada, por outro¹³.

A própria dificuldade em designar os fragmentos, escórias e estilhaços da sociedade de mercado dualizada que se amontoam nas zonas deserdadas da metrópole traduz o facto de que o *precariado* – se é que assim podemos chamar as franjas precárias do proletariado – ainda nem sequer acedeu ao estatuto de «classe objecto» (Bourdieu 1977: 4), «forçada a formar a sua subjectividade a partir da sua objectivação» por outros. Queda-se no estado de simples conglomerado compósito, *collectio personarum plurium* feito de indivíduos e de categorias entre si heterogéneas e *definidas negativamente* pela privação social, a carência material, e o défice simbólico. Só um grande trabalho especificamente político de agregação e de re-presentação (no triplo sentido cognitivo, iconográfico e dramático) pode aspirar a elevar este conglomerado ao patamar da existência e, logo, da acção colectivas. Mas esse trabalho esbarra numa contradição incontornável e insolúvel, posto que ela nasce das tendências fissíparas que lhe são constitutivas: o precariado é uma espécie de *grupo impossível*, cuja gestação está necessariamente inacabada, já que não se pode trabalhar em prol da sua consolidação mas tão-só para ajudar os seus membros a escapar-lhe, quer encontrando uma ancoragem no assalariado estável, quer afastando-se do mundo do trabalho (graças à redistribuição

¹² É esse o caso quando os sindicatos renunciam a direitos colectivos, conquistados após muita luta, a fim de evitar as deslocalizações e despedimentos em massa, ou quando aceitam a instauração de uma escala de remunerações e de protecção social desigual e a várias velocidades como meio de limitar o enfraquecimento dos seus efectivos (como acontece nos Estados Unidos, em grande número de sectores, como sejam o do automóvel, o da telefonia e o dos transportes aérios).

¹³ Olivier Masclet (2003) mostrou, a partir de uma investigação aprofundada num município comunista dos arredores de Paris, como a marginalização social e espacial foi acompanhada pela marginalização dos «militantes de *cité*» no campo político local.

e protecção sociais). Ao contrário do proletariado na visão marxiana da história, que é chamado a abolir-se a longo prazo, unificando-se e universalizando-se, o precariado só se pode construir para logo se desconstruir¹⁴.

Traduzido do original em francês por Regina Guimarães
Revisão científica de Virgílio Borges Pereira

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abu-Lughod, Janet L. et al. 1994. From Urban Village to East Village: The Battle for New York's Lower East Side. New York and Cambridge: Basil Blackwell.
- Azémar, Guy-Patrick. (dir.). 1992. Ouvriers, ouvrières. Un Continent morcelé et silencieux. Paris: Éditions Autrement.
- Auyero, Javier. 1999.
- "This is Like the Bronx, Isn't It? Lived Experiences of Slum-dwellers in Argentina." International Journal of Urban and Regional Research 23-1 (mars): 45-69.
- Barthélémy, Philippe et al. 1990. Underground Economy and Irregular Forms of Employment (travail au noir): Final Synthesis Report. Bruxelles: Communauté économique européenne, ronéoté.
- Bourdieu, Pierre. 1977. "Une classe objet." Actes de la recherche en sciences sociales 17-18 (mai): 2-5.
- Bourdieu, Pierre. 1993. « Effets de lieux. » Pp. 249-262 in Pierre Bourdieu et al., La Misère du monde. Paris: Points/Seuil.
- Bourgois, Philippe. 1995. In Search of Respect: Selling Crack in El Barrio. New York : Cambridge University Press. (Trad. fr. En quête de respect. Le commerce du crack à New York, Paris, Seuil, 2001)
- Crump, J.R. 2003. "The End of Public Housing as We Know It: Public Housing Policy, Labor Regulation and the US City." International Journal of Urban and Regional Research 27-1 (mars): 179-187.
- Demazière, Didier et Maria-Teresa Pignoni. 1999. Chômeurs, du silence à la révolte. Sociologie d'une action collective. Paris : Hachette.
- Drake, St. Clair et Horace R. Cayton. [1945, 1962] 1993. Black Metropolis: A Study of Negro Life in a Northern City. Chicago: University of Chicago Press.
- Dudley, Kathryn Marie. 1994. The End of the Line: Lost Jobs, New Lives in Postindustrial America. Chicago: University of Chicago Press.

¹⁴ Para acesso a um conjunto de textos, documentos e apelos à mobilização europeia do «precariado» (termo lançado por Droits Devants, cf. "*Globalisation du précarariat, mondialisation des résistances*", *EcoRev*, maio 2005), consultar o site multilingue: <http://republicart.net/disc/pre-cariat/index.htm>. Para uma análise do aumento da instabilidade do trabalho e das novas formas de mobilização que ela suscita nas margens do assalariado regulamentado, ver Perrin (2004).

- Eckstein, Susan. 1990. "Urbanization Revisited: Inner-City Slums of Hope and Squatter Settlements." World Development 18-2 (février): 165-181.
- Engbersen, Godfried. 1996. "The Unknown City." Berkeley Journal of Sociology 40: 87-112.
- Fernandes, Luis. 1998. O sítio das drogas. Etnografia das drogas numa periferia urbana. Lisboa: Editorial Notícias.
- Gershuny, Jonathan I. 1983. Social Innovation and the Division of Labor. Oxford: Oxford University Press.
- Goffman, Erving. [1958] 1963. The Presentation of Self in Everyday Life. Harmondsworth: Penguin Books. (Trad. fr. La Mise en scène de la vie quotidienne, vol. 1: La Présentation de soi dans la vie quotidienne. Paris, Minuit, 1973)
- Harvey, David. 1989. The Condition of Postmodernity: An Inquiry into the Origins of Cultural Change. Oxford: Basil Blackwell.
- Henni, Amar et Gilles Marinnet. 2002. Cités hors-la-loi. Un autre monde, une jeunesse qui impose ses lois. Paris: Ramsay.
- Jones, LeAlan et Lloyd Newman. 1997. Our America: Life and Death on the South Side of Chicago. New York: Washington Square Press.
- Kornblum, William. 1974. Blue-Collar Community. Chicago: The University of Chicago Press.
- Kotlowitz, Alex. 1991. There Are No Children Here: The Story of Two Boys Growing Up in the Other America. New York: Doubleday.
- Kronauer, Martin, Berthold Vogel, et Frank Gerlach. 1993. Im Schatten der Arbeitsgesellschaft. Arbeitslose und die Dynamik sozialer Ausgrenzung. Berlin: Campus Verlag.
- Leonard, Madeleine. 1998. Invisible Work, Invisible Workers : The Informal Economy in Europe and the US.
- Basingstoke : Palgrave Macmillan. Masclet, Olivier. 2003. La Gauche et les cités. Enquête sur un rendez-vous manqué. Paris: La Dispute.
- Mele, Christopher. 1999. Selling the Lower East Side: Culture, Real Estate, and Resistance in New York City. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Pahl, Raymond E. 1987. "Does Jobless Mean Workless? Unemployment and Informal Work." Annals of the American Academy of Political and Social Science 493 (septembre) : 36-46.
- Pattillo-McCoy, Mary. 1999. Black Picket Fences: Privilege and Peril Among the Black Middle Class. Chicago: University of Chicago Press.
- Perrin, Évelyne. 2004. Chômeurs et précaires au coeur de la question sociale. Paris: La Dispute.
- Pétonnet, Colette. 1982. Espace habités. Ethnologie des banlieues. Paris: Galilée.
- Piore, Michael J. 1979. Birds of Passage: Migrant Labor and Industrial Societies. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pred, Allan Richard. 2000. Even in Sweden: Racisms, Racialized Spaces, and the Popular Geographical Imagination. Berkeley : University of California Press.
- Ricketts, Erol R. and Isabell V. Sawhill. 1988. "Defining and Measuring the Underclass." Journal of Policy Analysis and Management 7 (hiver): 316-325.
- Sayad, Abdelmalek. 1991. L'immigration ou les paradoxes de l'altérité. Bruxelles: De Boeck université.

- Schwartz, Olivier. 1990. Le Monde privé des ouvriers. Hommes et femmes du Nord. Paris: Presses Universitaires de France.
- Shields, Rob. 1991. Places on the Margin: Alternative Geographies of Modernity. Londres: Routledge.
- Siméant, Johanna. 1998. La Cause des sans-papiers. Paris : Presses de Sciences Po. Smith, Dennis. 1987.
- “Knowing your Place: Class, Politics, and Ethnicity in Chicago and Birmingham, 1890-1983.” Pp. 277-305 in Nigel Thrift and Peter Williams (dir.), Class and Space: The Making of Urban Society. Londres: Routledge and Kegan Paul.
- Soja, Edward W. 1989. Postmodern Geographies: The Reassertion of Space in Critical Social Theory. London: Verso.
- Stedman Jones, Gareth. 1983. Languages of Class: Studies in English Working Class History 1832-1982. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sullivan, Mercer L. 1989. “Getting Paid”: Youth Crime and Work in the Inner City. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Uitermark, Justus. 2003. “‘Social Mixing’ and the Management of Disadvantaged Neighbourhoods: The Dutch Policy of Urban Restructuring Revisited.” Urban Studies 40-3 (mars): 531-549.
- Van Deburg, William L. New Day in Babylon: The Black Power Movement and American Culture, 1965-1975. Chicago: University of Chicago Press.
- Venkatesh, Suhdir. 2000. American Project. The Rise and Fall of a Modern Ghetto. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Wacquant, Loïc 1992. “‘The Zone’: Le métier de ‘hustler’ dans le ghetto noir américain.” Actes de la recherche en sciences sociales 93 (juin): 39-58. (Repris in Pierre Bourdieu et al., La Misère du monde, Paris, Points/Seuil, 1993, pp. 279-316).
- Wilson, William Julius. 1996. When Work Disappears: The World of the New Urban Poor. New York: Knopf.
- Young, Michael et Peter Willmott. 1954, 1986. Family and Kinship in East London. Berkeley: University of California.

La stigmatisation territoriale à l'âge de la marginalité avancée

Résumé

La sociologie comparée de la structure, la dynamique et l'expérience de la relégation urbaine aux États-Unis et dans les principaux pays de l'Union européenne durant les trois décennies passées révèle l'émergence d'un nouveau régime de marginalité. Ce régime génère des formes de pauvreté qui ne sont ni résiduelles, ni cycliques, ni transitoires, mais bien inscrites dans le devenir des sociétés contemporaines en ceci qu'elles se nourrissent de l'éclatement du salariat, de la déconnection fonctionnelle des quartiers déshérités des tendances macro-économiques, et de la reconfiguration de l'État-providence dans la ville polarisée. Adossée à une comparaison méthodique de l'évolution du ghetto noir américain et de la banlieue ouvrière française au tournant du siècle, cet article met en lumière trois propriétés spatiales distinctives de la « marginalité avancée » et leurs implications pour la formation du « précariat » dans les sociétés postindustrielles.

Territorial stigmatization in the age of advanced marginality

Abstract

The comparative sociology of the structure, dynamics, and experience of urban relegation in the United States and the main countries of the European Union during the past three decades reveals, not a convergence on the pattern of the US ghetto, but the emergence of a new regime of marginality on both sides of the Atlantic. This regime generates forms of poverty that are neither residual, nor cyclical or transitional, but inscribed in the future of contemporary societies insofar as they are fed by the ongoing fragmentation of the wage labor relationship, the functional disconnection between dispossessed neighborhoods from the national and global economies, and the reconfiguration of the welfare state in the polarizing city. Based on a methodical comparison of the black American ghetto and the French working-class banlieue (outer city) at century's turn, this article spotlights three distinctive spatial properties of 'advanced marginality' and draws out their implications for the formation of the 'precariat' in postindustrial societies.